

Como enfrentar o negacionismo e a crítica à educação em tempos de populismo de direita?

Alice Casimiro Lopes^{1*} 

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha² 

Hugo Heleno Camilo Costa¹ 

Resumo

Tem sido significativo o crescimento do populismo de direita no mundo, associado em maior ou menor medida a movimentos nazifascistas e ultraconservadores. Grande parte dos discursos que produzem tais movimentos envolvem ataques à educação e à ciência, fomentando o negacionismo científico e a desvalorização do caráter público das escolas e universidades com uso de *fake news*, em um contexto que muitos denominam pós-verdade. Como forma de se antagonizar a tais movimentos, é crescente a defesa de um Novo Iluminismo, através da valorização da ciência e do conhecimento na escola e na sociedade e da exclusão de discursos da diferença e de registro pós-estrutural. Com base na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, em diálogo com a desconstrução derridiana, defendemos outra abordagem desse contexto, de maneira que nos permita questionar efeitos deletérios (atividade, antidemocracia e antijustiza social) do populismo de direita, sem supor o retorno a uma metanarrativa iluminista ou a qualquer registro universalista sobre a verdade da ciência e do conhecimento. Partimos das noções de antagonismo, deslocamento e populismo em Laclau e Mouffe e, então, referenciados em

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²Universidade Federal de Rondonópolis – UFR, Rondonópolis, MT, Brasil.

*Correspondência: alicecasimirolopes@gmail.com

uma visão de conhecimento e ciência submetida aos contextos, ao poder e aos afetos, problematizamos a emergência do contexto da pós-verdade em tempos de populismo de direita no Brasil, bem como os usuais registros de verdadeiro e falso associados às *fake news*. Defendemos como mais urgente a produção de deslocamentos nos discursos populistas de direita, por meio da hiperpolitização e do questionamento à racionalidade na política, sobretudo na educação.

Palavras-chave: antagonismo, deslocamento, educação, hiperpolitização, pós-verdade.

How to face denialism and criticism of education in times of right-wing populism?

Abstract

Nowadays, the growth of right-wing populism in the world has been significant, associated to a greater or lesser extent with Nazi-fascist and ultra-conservative movements. Much of the discourse disseminated by these groups involves attacks on education and science, fostering science denialism and devaluing the public character of schools and universities with the use of fake news, in a context that many call post-truth. As a way of antagonizing such movements, the defense of a New Enlightenment has been growing by valuing science and knowledge in school and society and rejecting discourses of difference and post-structural register. Based on Laclau and Mouffe's discourse theory, in dialogue with Derridean deconstruction, we argue for another approach to this context, in a way that allows us to question deleterious effects (anti-life, anti-democracy and anti-social justice) of far-right populism, without assuming the need to return to an Enlightenment metanarrative or to any universalist record about the truth of science and knowledge. We start from the notions of antagonism, dislocation, and populism in Laclau and Mouffe and, then, referenced in a vision of knowledge and science submitted to contexts, power and affects, we problematize the emergence of the post-truth context in times of right-wing populism in Brazil, as well as the usual registers of true and false associated with fake news. We defend as more urgent the production of dislocations in right-wing populist discourses, through hyperpoliticization and the questioning of rationality in politics, especially in education.

Keywords: antagonism, dislocation, education, hyper politicization, post-truth.

1. Introdução

O crescimento do populismo de direita no mundo atual, associado aos movimentos nazifascistas e ultraconservadores, mais ou menos articulado aos registros neoliberais, pode ser identificado nas relações sociais, bem como nas redes sociais e na grande mídia. Igualmente, ele vem se institucionalizando em diferentes países. Donald Trump, nos EUA, Jair Bolsonaro, no Brasil, Viktor Orbán, na Hungria, são alguns dos nomes que, a despeito das importantes diferenças contextuais, sedimentam os microfascismos (Zembylas, 2020) nos mais diferentes espaços. Tais movimentos tendem a situar o multiculturalismo e o marxismo cultural (Lopes, 2019) como ameaças à liberdade de um passado idealizado, vivenciada fantasmaticamente como garantida pela branquitude, a cristandade e a masculinidade (Brown, 2019).

Grande parte dos discursos nesses registros envolvem ataques à educação e à ciência por meio da desvalorização da universidade como instituição produtora de conhecimento, fomentando o negacionismo científico e a desvalorização do caráter público das instituições educativas. Muitos desses ataques recorrem ao uso de *fake news*, em um contexto que alguns denominam pós-verdade, por referência à emergência de uma contemporaneidade em que os fatos objetivos valem menos do que o apelo às emoções e às crenças das pessoas, quando se trata de criar e modelar a opinião pública.

Como antagonismo a tais movimentos, tem sido também crescente a defesa de um Novo Iluminismo, pela valorização da ciência e do conhecimento na escola e na sociedade, excluindo discursos da diferença e de registro pós-estrutural. Como já discutido (Lopes, 2021, 2023), o conhecimento e a ciência nunca estiveram separados das emoções e crenças. Assim, não será pela reafirmação da verdade como desvelamento, pela apresentação de fatos empíricos ou provas demonstrativas, apelando para a fantasia de uma racionalidade separada do afeto, que será possível

desarticular discursos que constituem populismos de direita. Tal separação entre razão e emoção, ou mais precisamente entre razão e afeto, é parte dos fundamentos metafísicos que sustentam o vínculo entre verdade, conhecimento e ciência, questionado na própria Modernidade¹.

Seguimos tal problemática argumentando em defesa da política em um registro pós-fundacional e pós-estrutural. Destacamos antagonismos e deslocamentos do social, propondo o afastamento de uma interpretação racional e epistemológica de política. Defendemos, com base na teoria do discurso e na desconstrução derridiana, que a hiperpolitização, inclusive do conhecimento, da ciência e da razão, pode nos permitir questionar o negacionismo científico e o populismo de direita sem supor o retorno a uma metanarrativa iluminista ou a qualquer registro universalista de verdade.

Partimos das noções de antagonismo, deslocamento e populismo em Laclau e Mouffe, considerando todo antagonismo como uma simplificação do social e todo populismo como um modo de realizar a política, sem essencialismos ou determinismos. Em seguida, referenciados em uma visão de conhecimento e ciência submetida aos contextos, ao poder e aos afetos, problematizamos a emergência do contexto da pós-verdade em tempos de populismo de direita no Brasil, bem como questionamos os usuais registros de verdadeiro e falso associados às *fake news*. Posteriormente, sinalizamos possibilidades de atuação política contra os discursos populistas de direita, por meio da hiperpolitização e da responsabilidade na decisão, apostando nos deslocamentos que têm a educação como um espaço-tempo privilegiado.

¹ Não cabe, neste artigo, desenvolvermos os diferentes questionamentos, ao longo da Modernidade, do vínculo entre verdade, conhecimento e ciência, ou mesmo entre ciência, poder, afeto e contextos. É importante, contudo, indicar alguns dos autores que enveredaram por tais temáticas sob enfoques diversos – Bachelard, Mannheim e Spinoza, ou mesmo mais recentemente Knorr-Cetina, Kuhn e Latour – visando destacar o quanto os desdobramentos atuais são suplementações e deslocamentos de muitos discursos, e não a produção de um texto inaugural e sem referências anteriores.

2. Outros modos de pensar a política: antagonismo, deslocamento e populismo em Laclau

Uma das formas preponderantes de pensar a política no registro neoliberal é aquela que tenta inserir uma lógica racional nos processos políticos, apagando conflitos contextuais em nome de uma harmonia social concebida como necessária ao desenvolvimento econômico e à ascensão de indivíduos ajustados à sociedade. Essa perspectiva desconsidera que, por maiores que sejam as ações normativas, o indivíduo nunca se ajusta ao social plenamente. Tal desajuste expressa uma cisão ainda mais profunda entre o universal e o particular: qualquer tentativa de identificar o sujeito universal com um sujeito histórico ou cultural particular fracassa diante do vazio constitutivo do sujeito (Clarke, 2018b).

Laclau (1990, 2011) enfrenta tais questões em sua obra, articulando a noção de vazio do sujeito com os processos políticos conflitivos nos quais os atores sociais se movimentam e são subjetivados. Nesse registro, assume a inerradicabilidade do poder e do conflito nas relações sociais, explorando os antagonismos, deslocamentos e exclusões e distanciando-se de qualquer ideal de plenitude, da significação, do sujeito ou da sociedade.

A exclusão e o antagonismo são interdependentes e constitutivos na e da política (Laclau, 2011). O antagonismo acontece em uma relação de exclusão que se projeta como subjetivação política, conjecturada em relação à decisão que o causa na luta. Para pensar tais processos, importa sinalizar a concepção de discurso de Laclau e Mouffe. Na perspectiva desses autores (Laclau, 2006, 2011; Laclau; Mouffe, 2011), o discurso é concebido como uma totalidade constituída por relações entre significantes que, uma vez articulados hegemonicamente, detêm momentaneamente a significação das práticas e delineiam uma formação discursiva. A formação discursiva é, assim, um conjunto heterogêneo e articulado de discursos, compondo um sistema de regras de produção de sentido, de autorização e restrição dos sujeitos (Burity, 2014), possibilidades de constituição do que se denomina

realidade. Nada está fora do discurso. Todo discurso é prática, uma vez que as práticas se constituem discursivamente: não é apenas linguagem, mas abrange ações e instituições, sendo o próprio funcionamento do social entendido como linguagem. Todo discurso aspira dominar a discursividade, fixar e deter as diferenças e, ainda que de forma provisória e precária, definir a significação, o fechamento que nunca se completa. Permanece a imprecisão, o vazamento de sentidos, o diferir, associado à discursividade.

Daí a importância da perspectiva do antagonismo para a interpretação da política e da hegemonia via teoria do discurso. Para Laclau (2011), o sistema é constituído em resposta a algo exterior que o bloqueia, limita ou nega. Dessa forma, a diferença lida como ameaça se constitui como antagonismo. Esse antagonismo a outras diferenças dispersas no todo social mobiliza uma cadeia na qual tais diferenças tornam-se equivalentes, nunca iguais, uma vez que a igualdade pressuporia o fim do diferir. É produzida uma equivalência entre diferenças, um discurso hegemônico, em virtude do antagonismo comum ao que as exterioriza. Ao mesmo tempo, tais diferenças seguem produzindo sentidos diferenciais que, como pontua Derrida (1991) ao tratar da *différance*, são furtivos como infrações silenciosas.

Interessa salientar que não é viável supor algo como um espaço comum ou condição de equalização, capaz de compatibilizar as diferenças de/em uma comunidade, uma sociedade, um grupo social, um povo (Laclau, 2011). A subjetividade política, nesse enfoque, é pautada pela indefinição e efemeridade da constituição dos sujeitos, uma construção preenchida pelos mais distintos sentidos, por fragmentos de leituras diferenciais no mundo que, na urgência do combate aos que lhes antagonizam, (co)operam em um contexto específico, constituindo uma identificação *contra*.

A subjetivação, como acontecimento, é pensada por Laclau (2011) como uma formação política para além de fundamentos. O sujeito não é compreendido a partir de uma essência ou história de vida, experiência, engajamento *a priori* a uma causa que lhe coordena as decisões. O sujeito acontece em sentidos disseminados na significação do social, marcando

sua imprecisão. As subjetividades políticas, precipitadas na precariedade, constituem-se por intermédio da articulação de demandas estabelecidas contingencialmente em torno de determinadas lutas, frentes, bandeiras, nomes na política, em resposta a uma ameaça ao atendimento de tais demandas. Toda a dinâmica política é mobilizada em conflitos constantes pela significação.

Ao sinalizar para a relação conflituosa entre diferença e equivalência, Laclau (2011) também acena para as leis e movimentos próprios da cadeia equivalencial. A produção de uma equivalência não é uma dinâmica segura para todas as demandas nela articuladas. Não há garantia de que não haja sacrifícios, rupturas ou comprometimentos de demandas. Ao contrário, essa noção reitera o caráter provisório, dinâmico e precário das formações discursivas. Igualmente destaca a inexistência de uma convergência determinada *a priori*, ainda que uma história retroativa à articulação seja construída como tentativa de firmar a solidariedade. Mesmo não havendo positividade conciliadora das diferenças articuladas em uma cadeia equivalencial, Laclau (2011) argumenta haver a produção de uma *verdade* hábil em gerar um senso de equivalência entre as diferenças envolvidas. Tal *verdade* não existe, segundo Laclau (2011), independente de um contexto. Todo pleito só pode ser definido contextualmente, em um momento na política fragilmente constituído na equivalência, e se esvai com o tempo.

Em uma condição *para além* dos limites contextuais, só há outras diferenças, e, para Laclau (2011), é impossível determinar se essas diferenças são internas ou externas ao contexto. Tais noções reiteram a falta de nitidez do social, das articulações, das afirmações, pois a própria possibilidade de limite é colocada em dúvida, a não ser que o *para além* não seja mais uma diferença, mas seja interpretado como uma ameaça que negue todas as diferenças que se leem contidas nesse contexto, algo estranho, uma alteridade radical (Laclau, 2011). Daí a afirmação de que a dinâmicas envolvidas em uma cadeia equivalencial – a exclusão, o vazio (como falta) e o antagonismo – são inerentes a toda identidade.

O vazio que une um conjunto de demandas equivalenciais não possui fundamento, a não ser aquele conferido pela própria articulação. Esse conteúdo ficcional, entendido como convergência à identificação e partilhado por todos os termos da cadeia equivalencial, advém de movimentos unificadores que uma ameaça externa provoca em um conjunto heterogêneo de identidades diferenciais (Laclau, 2011). Se considerarmos que uma cadeia de equivalência, em que se constituem subjetivações políticas, é um momento de tensão pela hegemonização de verdades, aquilo que afirma ser uma ameaça também se constrói nessa perspectiva. Uma vez que não é possível o significado ao *próprio*, resta uma ilusão de equivalência entre diferenças na relação com um nome. Como uma suposta propriedade da demanda, aquilo que a fundamentaria seria de ordem inacessível (Laclau, 1990), uma lógica de deslocamento: uma relação assimétrica entre objetos, o inominável mobilizado na pulsão da decisão, na formação de demandas ou reclamações sociais.

Derrida (2005), ao focalizar o trabalho de nomeação, no que entendemos haver aproximação à perspectiva de Laclau, considera que o nome, ao mesmo tempo que trabalha como referência, é vazio de si. O nome, apesar do movimento em busca por aliança com a verdade, nada mais é do que a oportunidade de ser exemplo de outra coisa: não revela essência alguma a quem recebe ou dá, ainda que assinale a busca pelo preenchimento ou pela construção de referência para tratar de algo para fazer menção. A perspectiva da *différance* (Derrida, 1991) como aquilo que adultera na menção, o que não permite o acesso ao próprio, enfatiza o desespero pela definição, pela precisão, pela significação dinamizada por uma alteridade estranha. Como na afirmação do nome de Deus, do outro que se busca, Derrida (1994) assinala que, apesar de nosso desejo não deixar de ser tentado a crer, a própria coisa esquiva sempre. Disso deriva a afirmação derridiana de que cada coisa ou ente, cada nome de Deus, pode ser tornado como exemplo de outros nomes substituíveis (Derrida, 2005). Trata-se de um processo de formalização absoluta, em que cada outro é cada outro, no sentido de que o envio à

significação, ao nome do divino, consiste em um exemplo de seus nomes e dos nomes em geral, sucessivamente.

A equivalência, como nome agregador de diferenças (e por elas traído), mantém esse inviável acesso como promessa de plenitude por vir. Sem um nome, a unidade equivalencial do contexto no qual se produz essa subjetivação se dissolveria em uma pulverização de elementos desmobilizados. Igualmente ocorreria com a afirmação de seu antagônico. Considerando a importância da nomeação na construção de identidades e de sua relevância no jogo político, interessa pensar a significação que alimenta os nomes capazes de assegurar a unidade das identidades conflitantes na política. Para Laclau (2011), a demanda individual que assumirá a função de representar toda a cadeia de equivalência passa a sofrer um esvaziamento provocado paradoxalmente pelo excesso de preenchimento de sentidos, de modo que, para abarcar a totalidade, expande-se e passa a admitir o máximo possível de adesão por parte de todas as outras diferenças envolvidas, produzindo a sensação de suplementação e solidarização na representação por essa identidade. Esse processo de esvaziamento/universalização sustenta a perspectiva de hegemonia: processo no qual um significante passa a representar algo mais amplo, quando uma particularidade metonimicamente passa a representar o universal.

O antagonismo é constitutivo da hegemonia, é condição de identificação, de produção discursiva, simultaneamente possibilita e impossibilita o sistema. Por isso, Laclau (1990) ressalta que ele não pode ser o limite de produção de sentidos em um sistema, como sua formulação inicial (Laclau; Mouffe, 2011) indicava, pois sua afirmação já implica formas de simbolização, pressupõe uma inscrição discursiva. Com essa leitura, Laclau (1990) conceptualiza, através da ideia de deslocamento, o antagonismo como parte do sistema discursivo.

O deslocamento não afeta a concepção de discurso, de significação; remete ao limite do sistema como limite da própria significação e está relacionado à leitura lacaniana do Real, aquilo que não pode ser acessado,

o que limita o simbólico, o imponderável, inenarrável. O deslocamento, em Laclau (1990), como na perspectiva de uma toda outra alteridade (Derrida, 2006), é o momento específico de limite e bloqueio de acesso – ou continuidade – à significação, não pode ser dado a conhecer, não pode ser acessado ou significado. Acompanhamos Mendonça (2012) ao defender que, com a introdução do deslocamento, a teoria do discurso de Laclau aprofunda sua condição pós-estruturalista, projetando a subjetividade política como resposta a todo um conjunto de sentidos criticados: uma visão de subjetivação política que se constitui em uma série de exclusões.

Deslocada, a estrutura da significação é uma crise que questiona a si mesma, que se impõe o desespero do desconhecido, ao qual precisa responder sem a tudo saber. Não pode se fechar, ser plena; a falta que lhe é constitutiva a absorve na busca incessante por uma plenitude subjetiva. O deslocamento possibilita questionar o caráter de (de)negação interna ao sistema (Laclau, 1990). É uma oportunidade de pensar as disputas pela definição de *quem sou contra quem* como inerentes a uma vontade de ser estrutura/sistema. O deslocamento interpõe que não só não há tal possibilidade, como toda afirmação na estrutura é adulterada incontavelmente por um movimento todo outro (uma alteridade radical) que envolve a ressignificação constante da própria estrutura.

Considerando o deslocamento como propulsão de toda dinamicidade da estrutura, chamamos a atenção, no âmbito das tensões na e pela definição estrutural, para momentos específicos que consideramos projetados em relações antagônicas. Tais relações são movimentos que tendem a operar, ante a um todo desesperador de dinâmicas insondáveis, uma expectativa de simplificação ou redução do social, constituindo binarismos por intermédio da hegemonização de significantes/termos/bandeiras específicas na política.

Para pensar tais movimentos, focalizamos a ideia de populismo de Laclau, em suas relações com a noção de povo. Como destaca nas primeiras páginas de *A razão populista*, Laclau (2006) não busca conferir uma unidade referencial (ôntica) ao populismo, mas pensar o populismo como lógica

social: um modo de construir o político. Sua leitura do populismo chama a atenção para a construção de espaços dicotômicos no social, a fronteira entre o povo e a oligarquia (o povo contra seus inimigos), associada à fragilização de um discurso hegemônico que fracassa em sua capacidade de se sobrepor a um conjunto de particularidades, gerando novas disputas e práticas discursivas. Por referência à discussão sobre subjetivação em Laclau, não há qualquer essência ou conteúdo que possa definir o povo e seus inimigos fora de um contexto político específico.

A insatisfação de demandas, relacionada à falência de um nome noutra contexto interpretado como compreensivo, tende à formação de (novos) povos. Um povo é uma subjetivação social, um momento em que um novo nome passa a ser interpretado como oportunidade solidária para demandas/diferenças insatisfeitas. O processo de representação, por sua vez, envolvendo as demandas insatisfeitas, projeta a sensação de fronteira entre um povo (insatisfeito) e uma oligarquia, mobilizando o senso de que tais demandas democráticas são do povo/populares (Laclau, 2006, 2007).

A lógica da equivalência que orienta a formação populista nos possibilita a interpretação de que dado nome possa a ser lido como o nome do (desejo do) povo contra a opressão. A equivalência é um momento na política em que se tem a sensação de um povo mobilizado em torno de um nome/causa contra. Segundo Laclau (2006, 2007), a dinâmica populista é marcada também quando demandas populares passam a privilegiar os sentidos compartilhados para além das particularidades envolvidas, constituindo um princípio de identificação entre as diferenças. Tal identificação reveste um nome como liderança, seja esse nome um movimento social, pessoa, partido ou bandeira política. O populismo, nesse sentido, compreende a eleição de um nome que provoca o desejo pelo objeto, prometendo sua consecução, e o conjunto dos afetos que constituiriam força de investimento na própria cadeia (Silva; Baron, 2021).

A figura da liderança, como ícone para a satisfação das demandas oprimidas, segundo Silva e Baron (2021), não incorporaria a representação

como a conquista da emancipação, por exemplo, mas como promessa dela, algo que a extrapola, como um nome que delineia um horizonte interpretado como satisfatório. O populismo, em Laclau (2006), se afasta da concepção de determinadas relações produzidas por um líder político com a população para pensar a ausência de qualquer conteúdo próprio em um nome hegemonizado e sustentado, em dado contexto, como o nome da emancipação. Para o autor, a democracia depende da constituição de um povo democrático, uma dinâmica de produção de subjetivações políticas provisórias tramadas em relações antagônicas, independentes de essências ou conteúdos, portanto aberta a distintas leituras políticas. Tais leituras formam um espectro que não pode ser reduzido ao par totalitarismo/democracia, e seus sentidos dependem de relações contingentes.

É com essa teorização que Mouffe (2018) se refere ao *momento populista* como aquele em que a hegemonia é desestabilizada pela multiplicação de demandas insatisfeitas, fazendo surgir um povo como sujeito de uma ação política contra a ordem instituída. Assim, sua forma de operar com as diferenças entre os populismos de direita e de esquerda é contextual, referida ao contexto pós-democrático e pós-político de erosão dos ideais de soberania popular e de igualdade em nome dos princípios de liberdade e direitos individuais do neoliberalismo que busca apagar os antagonismos em nome das soluções políticas racionais. Como bem registra Tible (2019), ao se conceber, como no neoliberalismo, que não há mais adversários na política, o confronto deixa de ser entre *right and left* (direita e esquerda) e passa a ser entre *right and wrong* (certo ou errado) e, acrescentamos nós, entre *verdadeiro e falso*.

Mendonça (2019), apoiado em Laclau e Mouffe, propõe que o populismo de esquerda remete à igualdade e à democracia, enquanto o populismo de direita renega tanto a igualdade quanto a democracia, distinção com a qual nos parece possível operar, desde que sigamos a lógica proposta pelo autor de não haver nenhum significado fechado para o que entendemos por igualdade e democracia. Ou seja, desde que

evitemos qualquer essencialismo que poderia nos levar a noções morais relativas ao populismo. Tendo em conta esta discussão, na próxima seção aprofundamos a perspectiva sobre dinâmicas populistas de direita no Brasil e, nesse sentido, focalizamos a ideia de pós-verdade, por interpretarmos ser emblemática do modo como tais movimentos têm sido dinamizados, principalmente tendo em vista a educação.

3. Pós-verdade e negacionismo científico em tempos de populismo de direita

Problematizamos a emergência do contexto da pós-verdade em tempos de populismo de direita no Brasil, nos valendo da indicação de Laclau (2007) de que a investigação política deve iniciar por determinar a dispersão das demandas num social aberto a distintas leituras políticas como geradoras de um povo. Se o deslocamento opera no social como limite à significação, partimos do entendimento de que essa dispersão e abertura subentendem não apenas a perspectiva de não haver conteúdo próprio a definir um processo político como tal, mas de que os conteúdos políticos mais diversos estão suscetíveis à articulação populista.

No caso do Brasil, a ascensão de Michel Temer com o golpe político-jurídico-midiático que levou à deposição de Dilma Rousseff, em 2016, constitui-se como a expressão mais aguda de abertura à ampla aliança ultraconservadora e neoliberal e sua predileção pelas pautas educacionais. Com Temer, os retrocessos que inviabilizam e extravasam a agenda pública educacional ganharam espaço com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 95 (Brasil, 2016), a derrubada de direitos trabalhistas na reforma da previdência social, seguidas de inúmeras intervenções simultâneas à explosão do desemprego no país.

Diferentes trabalhos de matriz pós-estrutural e pós-fundacional (Costa; Cunha, 2021; Araújo; Lopes, 2021) se voltam à desconstrução das reformas na educação básica e superior, deflagradas no período, por

um melhorismo reformista impulsionado pela promessa neoliberal de um currículo para todos, ainda nos idos de 2009, que vê sua sustentação nas tradições pedagógicas crítica e pragmatista, há muito difundidas no país, no estofo ao imperativo de qualidade do ensino e da aprendizagem. Mais recentemente, tem-se apontado para uma articulação discursiva entre o projeto socioeconômico neoliberal, o imaginário cristão ultraconservador e as tentativas de restauração autoritária e militarista brasileira. Investigações como as de Lopes (2019), Oliveira e Oliveira (2022), Silva e Oliveira (2024) e Lopes e Cunha (2022) distendem a discussão em torno das forças políticas emergentes pela reiteração desse melhorismo, acionando disputas políticas em que a fantasia de plenitude da educação é deslocada do apelo de reconhecimento social ao controle moral.

Tais trabalhos recobram a herança traumática de um regime ditatorial duradouro e a delongada abertura democrática no Brasil nos anos de 1980, observando como a colmatação do discurso de modernização neoliberal do currículo articula o pensamento conservador e, por vezes, de ultradireita e fascista (Silva; Oliveira, 2024; Macedo, 2019; Macedo; Ranniery, 2022). Nesse sentido, destacam o fracasso do projeto neoliberal na América Latina nos anos de 1990, inserindo o país numa profusão de agendas políticas mais pragmáticas que tendem a combinar mecanismos de mercado em seguidas reformas com maior regulação do Estado, maior participação social, representação, como avaliou Laclau (2007). Mas, asseveram essa dilatação no realce de tensões quanto à institucionalidade da agenda política de centro-esquerda, ainda na primeira metade dos anos de 2010, constituindo o que Mouffe (2018) avaliou ser uma crise da democracia, pensada como pós-democracia ou pós-política.

Embora tais trabalhos constituam uma inteligibilidade às disputas em curso, não é possível situar precisamente qualquer origem para o populismo de direita (para qualquer movimento político, diga-se de passagem) no social, de maneira que, assim como eles, excluímos entendimentos do tipo causa e efeito da discussão, simplesmente porque tal origem não se encontra,

e anunciá-la é uma decisão a ser defendida com base nos argumentos e critérios da pesquisa. Mouffe (2018) acenou para essa crise com o avanço dos populismos de direita na Europa Ocidental e a decadência da maioria de suas democracias ao interporem a lógica tecnocrática nos assuntos políticos, tornando opacas as confrontações partidárias pela administração neutra (tecnocrática) de problemas de toda ordem. Para a autora, a pós-democracia compreende o desequilíbrio entre os interesses corporativos e oligárquicos de grupos que se veem ameaçados pela expansão de direitos (pautas por justiça e igualdade social) e por certa moralidade e aqueles vinculados à vida da população mais ampla. Baseando-se em Colin Crouch e Jacques Rancière, Mouffe (2018) avalia a indiferença política como o traço mais agudo da pós-democracia e defende ser necessário ao seu enfrentamento reativar o momento populista como o regresso da política e possibilidade de aprofundar a democracia.

Assim, o contexto em tela tem sua contemporaneidade na ressonância da explosão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas legitimados pelo voto em outros países (Ballestrin, 2018). No período recente de pouco mais de uma década, como discute Lopes (2014), as jornadas de junho de 2013, que a princípio reivindicaram o passe livre, mobilizando, sobretudo, parte da população mais jovem contra o aumento das tarifas de transporte, amplificou-se rapidamente por uma série de demandas amalgamadas pelo descrédito de setores reformistas em relação às políticas institucionalizadas nos quatro governos consecutivos do Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento, aparentemente sem um líder, bandeira ou luta personificados, atuou nas redes sociais arrojando a expectativa de que seria possível apagar os processos de representação pela voz direta das ruas/redes. Para a autora, a associação entre o pensamento conservador e anti-intelectual disseminou a ação de grupos reacionários² pelas redes sociais, muitos deles identificados como neofascistas, vindo

² Movimentos como o Brasil Livre – MBL e o Tradutores de Direita foram criados nesse cenário, respectivamente em 2014 e 2013.

a alçar hegemonia com a deposição de Dilma Rousseff. Tal movimento desembocou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à presidência que se seguiu ao golpe, movimentos de direita ganharam corpo, fazendo frente a uma importante centralidade à educação através do negacionismo científico e da desvalorização do caráter público e coletivo das escolas e universidades, com uso de *fake news*. A explosão global de *fake news* tem sido explicitada por distintas ênfases e correntes de análise, como estudaram Farkas e Schou (2018), na sintomatização de uma era denominada pós-factual ou pós-verdade. O ápice desse interesse por *fake news* foi identificado pelo Google nas buscas de usuários de todo o mundo em 2016, enquanto se intensificava a atuação da direita estadunidense na campanha eleitoral e na posse de Donald Trump. Usadas para criticar e deslegitimar os adversários políticos no pleito à Casa Branca, as *fake news*, estimam os autores, engendram um componente chave na luta pelo poder político entre a esquerda e a direita naquele país e, a nosso ver, são parte intrincada das disputas pelo que pode ser considerado plausível e aceitável em se tratando do poder de significar o mundo.

Farkas e Schou (2018) se apoiam no pós-fundacionalismo laclauniano para demonstrar como as *fake news* se tornaram gradualmente um significativo flutuante em diferentes discursos para criticar, invalidar e excluir projetos políticos opostos, tanto à esquerda quanto à direita. Nesse prisma, acreditam ser problemático abordá-las numa atenção circunscrita à validação do verdadeiro e do falso, da informação e da desinformação, assim como retida à preocupação acerca de possíveis formas de impedir sua proliferação. Consideram que esse escopo verdade-falsidade faz o conceito funcionar como um operador das lutas políticas para hegemonizar a realidade social como passível de ser acoplada em alguma dimensão de transparência e finitude.

De modo semelhante ao contexto estadunidense, resguardadas diferenças que aqui não é possível tangenciar, no Brasil, a emergência dos embates entre um discurso anti-ciência ou em defesa de uma ciência alternativa (aos princípios científicos supostamente de esquerda) se

processou pela ideia de *alternative facts*³, assinalada por Trump e seus signatários durante a pandemia de Coronavírus. O Movimento Antivacina é apenas um entre aqueles que levantaram a voz para incitar a população, entre teorias da conspiração, à contaminação de rebanho, ao retorno ao trabalho presencial, à recusa de uso de máscaras, amplificando as mortes entre os mais vulneráveis na população.

Na educação, por sua vez, a expansão do pensamento de ultradireita no Brasil endossou a proposta de judicialização e criminalização de professores e escolas com o Movimento Escola sem Partido, endossou o projeto de *homeschooling*, atuou a favor de *vouchers* para a educação infantil, além de outras tantas demandas retrógradas, via circulação reiterada de mensagens, vídeos, materiais, análises de especialistas sobre os riscos à integridade emocional e física da ideologização das crianças nas escolas. A disseminação acelerada e em massa de dados, textos e imagens contraditórios por Whatsapp e no Twitter (atualmente X), encenou críticas hostis às políticas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, atacou o pensamento e a pessoa de Paulo Freire, rechaçou perspectivas críticas da análise histórica e social identificadas com o pensamento progressista na relação com o meio ambiente, a saúde, as artes, a cultura. Também, alavancou ofensivas de toda ordem contra os povos originários e outras minorias, artistas e pessoas públicas em geral, como líderes históricos, políticos, cientistas e professores, buscando influenciar as políticas educacionais. Os negacionismos, grosso modo, consumaram ataques diretos à ciência e à esfera pública do Estado, com cortes de custeio e financiamento de pesquisa em todas as áreas de conhecimento e com ações diretas sobre as políticas educacionais (Alves; Segatto; Pineda, 2021).

Se a articulação em curso pode ser pensada como uma contiguidade de diferenças, o combate ao pensamento progressista e a sua institucionalidade foi plasmado na edificação de um futuro horrífico em que os valores da moral cristã da família e a ordem social seriam destruídos, caso o PT retornasse ao poder, uma vez significado como causa de todos os males. De tal maneira, a

³ Repercutida em inúmeros canais e discussões, como por exemplo em Swaine (2017).

predileção de tais ataques ao pensamento progressista – duramente investidos contra as Ciências Humanas e Sociais – é passível de ser entendida como uma abordagem contra o petismo (um antipetismo), mas também contra a universidade como lugar de intelectualidade e, por inúmeras equivalências, anticonhecimento (Lopes, 2019). Os ataques às universidades buscaram insistentemente constituir seu descrédito como lugar de confusão, drogadição e promiscuidade financiados pelo dinheiro público. Tais ataques também buscaram construir o entendimento das cotas e das ações afirmativas como privilégio a ser corrigido pelo princípio da meritocracia.

Nesse sentido, as *fakes news* integram o momento político populista de direita na emergência da articulação discursiva entre demandas diferenciais antagonizadas ao marxismo cultural (Lopes, 2019) em associação ao movimento antipolítica que permanece tentando hegemonizar outro registro para a educação no país. É neste gesto que a fantasia de um marxismo cultural a tornar equivalentes tais diferenças não chega a constituir outro projeto político, limitando-se à ficção de que se poderia bloquear o atendimento às demandas progressistas, “seja porque se contrapõe a políticas ultraliberais, seja porque valoriza demandas da diferença e/ou inclusivas, seja ainda porque domina as instituições que deveriam propor tais políticas” (Lopes, 2019, p. 12).

Assim, o populismo de direita no movimento pró-Bolsonaro se identificou como o bloqueio a um inimigo da ordem social e permanece assombrando a fantasia de plenitude que opera na relação com o desejo de gozo desde sempre interditado, no entanto produzindo aderências e subjetivação política. Como discutem Glynos, Klimecki e Willmott (2012, p. 299), as lógicas fantasmáticas são “responsivas aos desejos animados por um impulso de recapturar um gozo primordial, ou gozo que é sacrificado pelo sujeito ao entrar na ordem simbólica”, não sendo nunca reconhecido. Inconscientemente, como parte do sacrifício ontológico que diz respeito à condição falha, dividida e faltosa de se viver no social simbólico (na linguagem), esse gozo é contínua e rotineiramente “projetado para os outros e atribuído ao *status* de ‘roubado’”. Ainda no dizer de Glynos,

Klimecki e Willmott (2012, p. 299), “a noção de ‘roubo de prazer’ é um motivo muito poderoso” e, muitas vezes, “informa várias tendências de bode expiatório manifestadas no roubo de ‘nosso’ gozo pelos banqueiros ‘gananciosos’ e ‘imprudentes’, por exemplo” (grifos dos autores).

Tal discussão pode ser articulada à interpretação do afeto em Laclau. Como desenvolvem Lopes e Borges (2021, p. 121), em Laclau, é o afeto que dinamiza a mobilização e a subversão das demandas diferenciais em demandas equivalenciais, como “uma força (energia catexial) capaz de fazer a articulação em torno de um nome – os significantes vazios. [...] o intervalo (frágil, debilitado, opaco) entre as demandas particulares e sua possibilidade de alcance universal encontra passagem através do investimento afetivo”.

Como movimento político processado nas eleições gerais de 2018, o bolsonarismo nomeia uma ampla interpelação ao Estado por intermédio da moral e dos costumes, demandas autoritárias em contiguidade com demandas reformistas ostensivas à conformação do espaço público pelo privatismo que não cessaram de se recompor após a eleição. As disputas pelas políticas educacionais e os enfrentamentos com as universidades públicas desde então permanecem como parte dos movimentos políticos antagônicos constituintes do social na tentativa de modificar o espectro educacional e, assim, constituir outra cultura.

Sem nos distanciarmos do já sinalizado por Farkas e Schou (2018), nos interessa não desconsiderar as tentativas de projeção da verdade em tais embates como que sustentadas por ideais de neutralidade na expectativa de comprovação pela investigação jornalística ou na comprovação por critérios científicos, de historicidade etc., por considerarmos essa operação como aprisionada ao mito fundacional para os muitos nomes de Deus, o gesto que encerra a busca pelo objeto capaz de suturar a falha constitutiva, a plenitude. Não se trata de operar no relativismo do *tudo vale*, uma vez que qualquer *tudo vale* remete igualmente a uma expectativa de generalidade e de fundamento. Diferentemente, propomos pensar a própria política – em sua dimensão institucional hegemônica – como tentativa de apagar a

contingência, a precariedade e a transitoriedade que circunscrevem todos os entendimentos possíveis para instaurar uma suposta verdade universal no mundo. A hiperpolitização, proposta por Mouffe (1998), envolve a admissão dessa precariedade e dos antagonismos, sem objetividade ou garantias.

Também queremos destacar tal contexto da pós-verdade como o da propulsão de discursos por um Novo Iluminismo (Spinker, 2018) capaz de recobrar a razão para guiar o progresso. Por aqui, a crise humanitária desencadeada na pandemia passou a interpelar a escola e a universidade quanto à formação do pensamento crítico suposto como capaz de confrontar diretamente os negacionismos difundidos pelas *fake news*. No caso estadunidense, o reacionarismo de direita é interpretado frequentemente por algumas correntes de estudo, conforme Farkas e Schou (2018), como irracional, num vínculo entre informação falsa e irracionalidade dos eleitores desse espectro político.

Se a defesa da centralidade do conhecimento (do racionalismo) constitui o fundamento de teorias pedagógicas crítico-emancipatórias de registros marxianos ou não, ela também itera expectativas de formar sujeitos para futuros complexos, comumente compilados nos discursos modernizantes por expressões hiperbólicas do tipo *os desafios da sociedade contemporânea* (Brasil, 2018, p. 19). É de se destacar, também, que as promessas de qualidade da modernização neoliberal com *learnification* (Biesta, 2018) e instrumentalismo gerencial tendem a não serem desfeitas pelo clamor de mais conhecimento por toda a parte (Young; Muller, 2014), com expressiva repercussão nas discussões curriculares no Brasil, no processo de produção da BNCC e, ainda hoje, por entendermos a promessa de racionalidade – e de acesso à verdade universal por uma consciência crítica como impossível –, na medida em que todo conhecimento envolve sempre interpretação (Lopes; Borges, 2021).

Mas como estamos fadados a responder a esses movimentos, caso a opção seja por manter, de algum modo, sem fundamentos ou garantias, bandeiras de justiça social e democracia, voltamo-nos às possibilidades de deslocamento de tais discursos.

4. Deslocamentos de discursos populistas de direita: hiperpolitização e responsabilidade

A assunção de que a política não pode ser controlada por registros racionais e técnicos e de que o questionamento ao negacionismo científico e às *fake News*, vinculado ao populismo de direita, não se faz pelo reforço a uma postura epistemológica, na linha de *mais conhecimento, mais razão*, nos direciona para a hiperpolitização. Como argumentado até aqui, a expressão dos antagonismos e das contingências das decisões políticas como disputa pela significação, inclusive na ciência e no conhecimento, nos responsabiliza com a atuação política. Castro (2024), apoiado em Derrida, aponta que a responsabilidade digna desse nome – a responsabilidade por uma decisão política tomada – exige a interrupção do desdobramento de regras, envolve as decisões em terrenos indecidíveis, porque sem um fundamento racional que garanta a escolha certa.

Como afirma Derrida, a decisão e a responsabilidade, advinda do envolvimento com a decisão, exigem “saber o máximo possível e da melhor forma possível, mas entre o conhecimento e a decisão, a cadeia de consequências deve ser interrompida”. Tal interrupção expressa o ponto “em que não se sabe o que decidir para a decisão a ser tomada” (Derrida, 2002, p. 298).

A menção ao *não saber* não é uma negação do conhecimento e da ciência. É admissão de que não se sabe tudo, nem todas as variáveis são controladas, ou mesmo passíveis de qualquer controle. Se não há esse *não saber*, se todas as variáveis são conhecidas e há evidências que definem o resultado, também não há decisão política nem implicações éticas, há apenas consequência lógica, determinação a partir de um ponto previsto, razão que sustenta o sentido da ação.

Esse *não saber* é o que interrompe a programação e o cálculo estabelecidos pelo conhecimento; é a abertura à indecidibilidade e, portanto, à política, ao julgamento de quem não tem como saber todos os efeitos de

uma decisão, mas que ainda assim decide e, nesse movimento de decisão indecidível, subjetiva-se. Esse *não saber* se instaura também na urgência de uma resposta, de uma decisão. Porque o saber pode exigir longas reflexões, mas as decisões políticas se estabelecem na urgência, na necessidade de não esperar, ou como insiste Derrida (2002), na impossibilidade de esperar pelo fim das reflexões, pela certeza que nunca chega, na medida em que haverá sempre desdobramentos conceituais, traduções, confrontos e novos cálculos levando ao adiamento da certeza pretendida em uma significação última.

Derrida (2002) explora, ainda, que a estrutura da urgência não é uma determinação contingente. Mesmo que exista um tempo longo de reflexão, a interrupção da cadeia de consequências deve ser realizada de modo a abrir espaço para a ação política responsável, tendo em vista que não decidir e prolongar a reflexão também seria decisão – na inação – e teria efeitos imprevisíveis. Nenhuma responsabilidade é assumida se, em um dado momento, não se pode decidir sem conhecimento, insiste Derrida (2002), sem que determinada indagação tenha alcançado seu limite, sua suspensão.

Tais processos políticos de decisão não são localizáveis em contextos ou períodos específicos. A todo tempo há negociações sobre as decisões políticas a serem tomadas e nos envolvemos nas articulações e antagonismos, sem conhecimento pleno da política, ou mesmo de todas as articulações realizadas. Isso nos obriga a uma responsabilidade pelas decisões tomadas, pela política realizada, independentemente de uma consciência plena (inexistente) ou uma estratégia (impossível) garantidora das finalidades pretendidas. Laclau (1990) pondera que tal responsabilidade implica inscrever as decisões em uma razoabilidade, produzida sempre *a posteriori*. É na elaboração do razoável, da justificativa de uma decisão, de um remetimento às razões contingentes do passado que se confere estofo ao que foi decidido sem base racional obrigatória.

Nesse sentido, como já discutido em Lopes (2018), o pensamento pós-estrutural e pós-fundacional não envolve assumir posturas anticálculo, antirrazão, nem mesmo anticonhecimento ou anticiência, como alguns

críticos da pós-verdade tendem a afirmar (Pluckrose, 2017). Tampouco assume um perspectivismo pelo qual todas as narrativas valem, sendo a verdade nada mais do que uma reflexão da ideologia política de quem a produz (Mcintyre, 2018). O cálculo, a razão, o conhecimento e a ciência também são discursos situados em dadas relações de poder. Como discursos, permitem-nos entender possibilidades de decisão, permitem-nos saber o máximo possível para orientar – nunca programar – uma decisão, ainda que não se tenha controle sobre a decisão tomada. A dimensão de impossibilidade permanecerá como uma estrutura inerradicável de qualquer decisão.

Substituir a decisão política por uma tecnocracia derivada de uma conceitualidade que se pretende garantidora da decisão certa só investe a ciência e o conhecimento de um poder de universalização que desconsidera os antagonismos e as particularidades de sujeitos e contextos. E como toda universalização, tal processo só é possível de se realizar apagando, por ações de poder, as contingências que levaram à produção de tal conhecimento. Uma vez que os conflitos se manifestem e a pretensão universal seja confrontada por um erro, ou mesmo uma não validade particular ou circunstancial, o conhecimento em questão é refutado como falso, mesmo que permaneça válido em muitos contextos e situações ou permita salvar vidas. Essa suposição de falsidade tende a alimentar e dar sustentação aos discursos anticiência.

É o que se registra quando o debate religioso ou os interesses econômicos atuam, no interior da própria ciência, por uma opção alternativa às concepções hegemônicas. Há investimentos robustos, no Brasil e no exterior, realizados em pesquisas que buscam se sustentar em práticas de produção e legitimação do conhecimento científico para defender, por exemplo, o *design* inteligente (contrário à teoria da evolução)⁴, a inexistência

⁴ Marcos Eberlin, pesquisador 1B do CNPq com destacada carreira na área de Química, é um dos representantes mais expressivos do *Design* Inteligente, sendo presidente da Sociedade Brasileira de *Design* Inteligente (TDI BRASIL) e divulgador do criacionismo nas redes sociais, professando as relações entre ciência e fé. O 1º Congresso Brasileiro do *Design* Inteligente ocorreu em 2014. A pauta do *Design* Inteligente encontra apoio nos Estados Unidos, por exemplo, da Templeton Foundation, associada a demandas pela relação entre ciência e fé.

do aquecimento global (Brulle, 2014), entre outras pautas apoiadas por demandas ultraconservadoras e/ou empresariais que se vêm antagonizadas pelas conclusões científicas em pauta. Investigar as contingências que levam ao financiamento de tais práticas, suas finalidades e antagonismos, e sua articulação com o populismo de direita pode ser uma forma de atuar politicamente contra seus efeitos antidemocráticos, exigindo, inclusive, o apoio das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Concordamos com Brown (2019) quando afirma que o neoliberalismo, ávido por afastar a política dos mercados e habilitar a moral e o mercado para governar e disciplinar os indivíduos, contribuiu para afastar a política de todas as esferas da vida cultural e social, demonizando o social e a democracia. Seguindo o argumento aqui desenvolvido, o recurso à tecnocracia e à conceitualidade são também formas de tentar apagar a política, muito comuns aos registros neoliberais. Todavia, a articulação entre demandas neoliberais e demandas ultraconservadoras não é nem obrigatória, nem finalista. É na conjuntura atual, ainda no dizer de Brown (2019), que os efeitos catastróficos dessa articulação se mostram como uma criação frankensteiniana inesperada.

É nessa perspectiva que defendemos a possibilidade de enfrentarmos os movimentos populistas de direita por meio de outra relação com a política, ao mesmo tempo, talvez, contribuindo para deslocar a articulação entre demandas ultraconservadoras e neoliberais. Por meio do populismo de esquerda, Mouffe (2018) destaca as relações de poder no mundo atual e apresenta a possibilidade de contraposição a um mundo pós-política, salientando que “o objetivo de uma estratégia populista de esquerda não é o estabelecimento de um ‘regime populista’, mas a construção de um sujeito coletivo apto a lançar uma ofensiva política, a fim de estabelecer uma nova formação hegemônica dentro da estrutura democrático-liberal” (p. 124, grifo da autora). Como já discutido, esse sujeito não tem uma essência nem se sustenta em nenhum fundamento. Não se trata de elaborar um programa a ser seguido nem de estabelecer utopicamente onde se vai chegar ou como

se vai chegar a outro momento político. Mas de estar aberto às dinâmicas contextuais e relacionais em defesa da democracia e da justiça social e no combate aos efeitos deletérios, antívida, antidemocracia e antijustiza social do populismo de direita (ou de qualquer movimento político).

Para Mouffe (2018), esse combate passa por compreender que os eleitores não podem ser concebidos como nativos de tais leituras ultraconservadoras de mundo e/ou essencialmente vinculados a tais movimentos, como se deles não pudessem se desvencilhar. Em vez de estigmatizar os eleitores da direita como sem educação ou fascistas, por exemplo, importa que, estrategicamente, se reconheça um núcleo democrático na mobilização de muitas das demandas envolvidas. Para a autora, a estratégia de demonização pode ser, imediatamente, uma saída, mas é politicamente frágil. Ainda segundo Mouffe (2018), a possibilidade de interditar os populismos de direita está em investirmos na disputa pela constituição de um povo voltado para a hegemonização de uma agenda de combate às injustiças sociais. Concordamos com a perspectiva de Mouffe ao defender uma aposta no deslocamento de discursos ultraconservadores e cientificistas por meio de uma leitura de conhecimento como nome exposto contextualmente à interpretação, às relações de poder e aos afetos.

Nessa perspectiva, consideramos importante compreender como os discursos políticos também se centram na fantasia, que, no dizer de Clarke (2018a) e Glynos (2019), é uma realidade estruturada como ilusão que exclui contradições, inconsistências e disjunções em nome de uma completude sedutora e harmoniosa. Ao mesmo tempo que existe a adesão a essa fantasia beatífica, há a escolha de um nome para encarnar o inimigo que, uma vez destruído, garantiria o alcance dessa utopia. Essa fantasia habita tanto os discursos ultraconservadores que projetam o desejo de retorno ao ideal de uma sociedade na qual o primado masculino, branco, heterossexual não era questionado, quanto o ideal de uma sociedade regida pelo primado do conhecimento técnico-científico capaz de eliminar a política das relações sociais. Habita igualmente a todos nós, como fantasias de controle, de

inclusão, de objetividade, dentre tantas. Faz parte de nossas relações com o mundo, da busca pela plenitude do sujeito que só se encontra como estrutura deslocada e descentrada.

Acompanhando Clarke (2018a), afirmamos que não há soluções simples e não fantasmáticas a serem encontradas. Apostamos na visibilidade dos antagonismos e das contingências de formação dos discursos, quem sabe propulsionando deslocamentos nos discursos fantasmáticos nos quais nos enredamos. Tal luta será obrigatoriamente contextual e sem garantias e pode se beneficiar do desafio proposto por Bogéa (2020) de que as fantasias não limitem, mas inclusive ampliem as possibilidades existenciais.

Como já argumentado, o antagonismo na teoria do discurso é um meio para explicar a formação de comunidades políticas associadas às cadeias equivalenciais nas quais nada há de comum além da negatividade, o confronto frente a um exterior que ao mesmo tempo limita a identidade da comunidade e possibilita essa mesma identidade, produzida na articulação de demandas. É uma das formas de se entender como o social opera, mas sempre remete a uma simplificação das lutas políticas: petismo contra antipetismo, antibolsonarismo contra o bolsonarismo, cientificismo contra o negacionismo científico, populismo de direita e de esquerda. Muitas outras cadeias equivalenciais antagônicas disputam, simultaneamente, a significação do social, e nenhuma delas o faz plenamente. Todas estão submetidas às possibilidades de deslocamento, uma vez que toda hegemonia sempre fracassa com o tempo e a indecidibilidade permanece habitando a decisão.

Tais deslocamentos nos parecem possíveis em um registro que invista radicalmente na política, na possibilidade de hiperpolitizar as relações sociais, deixando abertos os espaços de disputa de poder que facultam um horizonte democrático da luta agonística. Mouffe (2000) defende que o agonismo se caracteriza pela existência de regras nas lutas entre adversários, sem a finalidade de destruir o oponente, uma vez que esse oponente está inserido na cadeia equivalencial que constitui as identidades políticas. Se as relações equivalenciais são constitutivas, não só constituímos nossos adversários e

opponentes, como também somos por eles constituídos. Mas tal leitura só faz sentido se forem admitidos o diferir e o dissenso, bem como a possibilidade de expressão dessa diferença e desse dissenso na política, sendo a educação um dos espaços-tempos nos quais tais dinâmicas são centrais.

5. Conclusões

Sendo mais que ensino, mais do que transmissão de conhecimento, ou mesmo não sendo ensino e não sendo transmissão de conhecimento, a educação é espaço-tempo de inter-relação e produção de subjetividades que permite confrontar os discursos ultraconservadores e neoliberais. Mas não o pode fazer pelo proselitismo de quem apresenta outras identidades e verdades como as únicas capazes de reger o mundo. Como desenvolvemos ao longo do artigo, nossa aposta no deslocamento de discursos populistas de direita visa assinalar a impossibilidade de controle último sobre o que significa a educação, conhecer, produzir conhecimento e/ou ser sujeito.

Ao defender isso, queremos também projetar a perspectiva de que o próprio antagonismo entre ultraconservadores e cientificistas precisa ser reconhecido e investigado, mas não congelado como polos identitários fixos. Tal congelamento tende a reduzir o social e a circunscrever o debate ao cenário definido por esses dois polos constituídos e, ainda, incitar ou condicionar, de forma fundamentalista, à escolha de um ou outro. Igualmente, tende a desconsiderar o fluxo das diferenças que marca os antagonismos, as constituições mútuas que tornam um polo possibilidade e impossibilidade do outro polo. Como discutido, pensamos que essas operações pela definição de uma verdade última do que é educação ou qualquer *verdade* envolvem, comumente, a reiteração de registros neoliberais que tendem a defender a separação da vida das relações de poder.

Tal antagonismo, concebido de forma polarizada e fixa, por sua vez, fragiliza a afirmação da educação como espaço de negociação contínua, de compreensão do afeto como dinâmica de produção contextual de

novos sentidos. Queremos, igualmente, chamar a atenção para o fato de que a dinâmica de identidades e subjetividades fixas tende a reduzir a possibilidade de um investimento radical na ruptura com leituras que insistem em se sustentar no pressuposto do controle da significação.

Expomos tais antagonismos, que visam reter movimentos diferenciais, para sinalizar para o modo como desenham horizontes ilusórios em que o conflito, a assimetria e a contestação estariam neutralizados por uma plenitude do significado do mundo. Tal horizonte pode soar calmante quando pensamos no aumento da desigualdade social/concentração de renda, no desespero impetrado por mercados instáveis, com seus consequentes aumento do desemprego, da violência e da vulnerabilidade social, na veiculação massiva de tantos outros problemas sociais. Mas consideramos que a fantasia que dá consistência ao convite à neutralização da política no social, se possível fosse (como ultraconservadores e cientificistas tendem a supor como coisa desejável), subtrairia do social a possibilidade de fortalecer a democracia, a oportunidade sempre aberta de formação de novos povos, novos movimentos em busca de mudança de determinado *status*.

Defendemos, enfim, que uma alternativa para interditar tais leituras é a aposta em práticas discursivas na educação que desarmem a perspectiva de fundamentos últimos baseados no conhecimento, na razão ou na ciência, dando curso à hiperpolitização das relações sociais. Nesses termos, afirmamos a educação como não podendo ser significada de vez por todas por qualquer que seja a leitura de mundo. Remetemos aqui à noção de educação como produzida contextualmente, dinamizada na relação com um *não saber inerradicável* que interrompe a programação e o cálculo estabelecidos por quaisquer que sejam os termos: conhecimento, família, sujeito, sociedade. Pela perspectiva democrática de que os sentidos e significados estão em processo contínuo de construção, consideramos a educação, o conhecimento e o sujeito sempre circunscritos à interpretação, aos contextos, ao poder e aos afetos. E se a indecidibilidade abre à decisão, não há educação sem negociação e sem responsabilidade por saber sem garantias e sem salvação.

Referências

1. ALVES, Mario; SEGATTO, Catarina; PINEDA, Andrea. Changes in Brazilian education policy and the rise of right-wing populism. **British Educational Research Journal**, v. 47, n. 2, p. 332-354, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1002/berj.3699>.
2. ARAUJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. **Praxis Educativa**, v. 16, n. 5, p. 1-18, 2021.
3. BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018. DOI: <http://doi.org/10.15210/rsulacp.v4i2.14824>.
4. BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
5. BOGÉA, Diogo. Metafísica da soberania e da representação política. **Pensando: Revista de Filosofia**, v. 11, n. 22, p. 23-39, 2020.
6. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 2016.
7. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.
8. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
9. BRULLE, Robert. Institutionalizing delay: foundation funding and the creation of U.S. climate change counter-movement organizations. **Climatic Change**, v. 122, n. 4, p. 681-694, 2014. DOI: <http://doi.org/10.1007/s10584-013-1018-7>.
10. BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (ed.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp. 59-74.
11. CASTRO, Bruno Fernando Santos. **Professor pode inventar qualquer história?** Hospitalidade e currículo em história. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
12. CLARKE, Matthew. Eyes wide shut: the fantasies and disavowals of education policy. **Journal of Education Policy**, v. 35, n. 2, p. 151-167, 2018a.

13. CLARKE, Matthew. Democracy and education: 'In spite of it all'. **Power and Education**, v. 10, n. 2, p. 112-124, 2018b. DOI: <http://doi.org/10.1177/1757743818756915>.
14. COSTA, Hugo Heleno Camilo; CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues. Normatividade, desconstrução e justiça: para além do dever ser na Base Nacional Comum da Formação de Professores. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 21, n. 7, p. 1246-1265, 2021.
15. DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.
16. DERRIDA, Jacques. The spatial arts: an interview with Jacques Derrida. In: BRUNETTE, Peter; WILLS, David (ed.). **Deconstruction and visual arts: art, media, architecture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 9-32.
17. DERRIDA, Jacques. **Negotiations: interventions and interviews, 1971-2001**. Stanford: Stanford University Press, 2002.
18. DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005
19. DERRIDA, Jacques. **Dar la muerte**. Barcelona: Paidós, 2006.
20. FARKAS, Johan; SCHOU, Jannick. Fake News as a floating signifier: hegemony, antagonism, and the politics of falsehood. **Javnost - The Public**, v. 25, n. 3, p. 298-314, 2018.
21. GLYNOS, Jason. **Two frontiers of discourse theory: critical populism studies (or, populism studies as vanishing mediator) & critical fantasy studies**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Text Prepared for Circulation and/or Presentation.
22. GLYNOS, Jason; KLIMECKI, Robin; WILLMOTT, Hugh. Cooling out the marks: the ideology and politics of the financial crisis. **Journal of Cultural Economics**, v. 5, n. 3, p. 297-320, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1080/17530350.2012.675885>.
23. LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990.
24. LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
25. LACLAU, Ernesto. La deriva populista y la centroizquierda en Latinoamérica. **Revista Nueva Sociedad**, v. 205, n. 7, p. 56-61, 2007.
26. LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

27. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
28. LOPES, Alice Casimiro. No habrá paz en la política. **Debates y Combates**, v. 6, n. 2, p. 121-141, 2014.
29. LOPES, Alice Casimiro. Sobre a decisão política em terreno indecidível. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos (ed.). **Pensando a política com Jacques Derrida: responsabilidade, tradução, porvir**. São Paulo: Cortez, 2018, v. 1, p. 83-116.
30. LOPES, Alice Casimiro. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao marxismo cultural. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 2, p. 109-129, 2019.
31. LOPES, Alice Casimiro. Radical investment in the curriculum in times of Covid-19: can we question the anti-science discourses? **Prospects**, v. 51, n. 1-3, p. 95-102, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1007/s11125-021-09548-8>. PMID:34024945.
32. LOPES, Alice Casimiro. Currículo em tempos de pós-verdade. In: LINHARES, Bianca; MENDONÇA Daniel (ed.). **Novas reflexões sobre as democracias do nosso tempo**. São Paulo: Intermeios, 2023, v. 1, p. 143-160.
33. LOPES, Alice Casimiro; BORGES, Veronica. Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 114-135, 2021.
34. LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Viviane. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educação & Sociedade**, v. 43, n. 2, p. 1-16, 2022.
35. MACEDO, Elizabeth. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 3, p. 1101-1122, 2019.
36. MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Neoliberalismo, subjetividade e educação: interpelações da diferença. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 22, n. 2, p. 1-5, 2022.
37. MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2018.
38. MENDONÇA, Daniel. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 9, n. 2, p. 205-228, 2012.
39. MENDONÇA, Daniel. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. **Simbiótica**, v. 6, n. 2, p. 31-50, jul-dez, 2019.

40. MOUFFE, Chantal. Desconstrucción, pragmatismo y la política de la democracia. In: MOUFFE, Chantal (ed.). **Desconstrucción y pragmatismo**. Buenos Aires: Paidós, 1998. p. 13-33
41. MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London; New York: Verso, 2000.
42. MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. London: Verso, 2018.
43. OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza. Malditos os que têm fome e sede de justiça: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2022.
44. PLUCKROSE, Helen. **How french “intellectuals” ruined the west: postmodernism and its impact, explained**. Sydney: Quillette, v. 27, mar. 2017. Disponível em: <https://quillette.com/2024/05/07/how-french-intellectuals-ruined-the-west-foucault-lyotard-derrida/>. Acesso em: 01 maio 2024.
45. SILVA, Luís Gustavo Teixeira; BARON, Letícia. A noção de representação política em Ernesto Laclau: populismo e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 1-33, 2021.
46. SILVA, Silas; OLIVEIRA, Gustavo. Projeto de vida, empreendedorismo e processos de subjetivação neoliberais na educação pernambucana. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, n. 3, p. 1-22, 2024.
47. SPINKER, Steven. **Enlightenment now: the case for reason, science, humanism, and progress**. London: Penguin Books, 2018.
48. SWAINE, Jon. **Donald Trump’s team defends alternative facts’ after widespread protests**. The Guardian, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/22/donald-trump-kellyanne-conway-inauguration-alternative-facts>. Acesso em: 15 maio 2025.
49. TIBLE, Jean. Prefácio à edição brasileira. In: MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. Tradução Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 8-16.
50. YOUNG, Michel; MULLER, Johan. On the powers of powerful knowledge. **Review of Education**, v. 2, n. 1, p. 229-250, 2014.
51. ZEMBYLAS, Michalinos. Affect, biopower, and ‘the fascist inside you’: the (Un-) making of microfascism in schools and classrooms. **Journal of Curriculum Studies**, v. 53, n. 1, p. 1-15, 2020.

Fonte de financiamento: Capes, CNPq e Faperj.

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: Alice Casimiro Lopes: conceptualização, pesquisa e escrita. Érika Virgílio Rodrigues da Cunha: pesquisa e escrita. Hugo Heleno Camilo Costa: pesquisa e escrita.

Aprovação do Comitê de Ética: Por não envolverem a participação de seres humanos, os estudos que dão base ao artigo têm dispensada a aprovação ética.

Disponibilidade de Dados: Os dados informados no artigo ficam à disposição para consulta. As análises e opiniões nele emitidas são de nossa responsabilidade.

Editor: Gabriel Bandeira Coelho.

Alice Casimiro Lopes é professora titular na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora nível 1A do CNPq, Cientista do Nosso Estado Faperj, Procientista Faperj/Uerj, atua no Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd/Uerj), líder do grupo de pesquisa Política de currículo e cultura/ DGP-CNPq. alicecasimirolopes@gmail.com

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha é professora associada do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Doutora em Educação, com pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), líder do grupo de pesquisa Políticas de Currículo e Alteridade/DGP-CNPq. erikavrcunha@gmail.com

Hugo Heleno Camilo Costa é professor adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ), no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ (ProPEd/UERJ) e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (PPGEDU/UFR), Jovem Cientista do

Nosso Estado Faperj, Procientista Faperj/Uerj, líder do NECSUS (Núcleo de Estudos em Currículo, Culturas e Subjetividades/DGP-CNPq). hugo.costa@uerj.br, hugoguimel@gmail.com

Recebido: 01 maio 2024.
Aceito: 15 out. 2024.